

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA – CCN

Laura Lisboa Ferrari

**OS PEQUENOS PRODUTORES DE LEITE DE ANGATUBA/SP: ALGUNS
APONTAMENTOS.**

Buri

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA – CCN

Laura Lisboa Ferrari

**OS PEQUENOS PRODUTORES DE LEITE DE ANGATUBA/SP: ALGUNS
APONTAMENTOS.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como exigência parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração com Linha em Formação em Sistemas Agroindustriais, na Universidade Federal de São Carlos.

Professora responsável: Dr^a Alice Miguel de Paula Peres.

Buri
2023

Ferrari, Laura Lisboa

Os pequenos produtores de leite de Angatuba/SP: alguns apontamentos. / Laura Lisboa Ferrari -- 2023.
44f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos,
campus Lagoa do Sino, Buri
Orientador (a): Alice Miguel de Paula Peres
Banca Examinadora: Henrique Carmona Duval, Leandro
de Lima Santos
Bibliografia

1. Agricultura familiar . 2. Produção de leite . I. Ferrari,
Laura Lisboa. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Lissandra Pinhatelli de Britto - CRB/8 7539




UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Centro de Ciências da Natureza
Campus Lagoa do Sino




Bacharelado em Administração com linha de formação em
Sistemas Agroindustriais

Folha de aprovação


Assinatura dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou o Trabalho de Conclusão de Curso da candidata Laura Lisboa Ferrari, realizada em 04/04/2023:

Documento assinado digitalmente
 ALICE MIGUEL DE PAULA PERES
Data: 11/04/2023 16:31:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador (a)

Documento assinado digitalmente
 HENRIQUE CARMONA DUVAL
Data: 06/04/2023 08:49:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Avaliador 1

Documento assinado digitalmente
 LEANDRO DE LIMA SANTOS
Data: 10/04/2023 16:28:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Avaliador 2

RESUMO

Ferrari, Laura Lisboa. **Os produtores de leite de Angatuba/SP**: Alguns apontamentos. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de São Carlos, *campus* Lagoa do Sino, Buri, 2023.

A atividade leiteira no Brasil tem um papel social e econômico importante, corresponde a fonte de renda de inúmeros agricultores, incluindo o familiar. No ano de 2017, a publicação do Plano de Desenvolvimento da Bovinocultura Leiteira Paulista divulgou a redução expressiva de produtores de leite no País, indicando um cenário mais competitivo que selecionaria os mais tecnificados e produtivos. Nesse contexto, propomos estudar os pequenos produtores de leite do Município de Angatuba, situado no Sudoeste Paulista. Este estudo tem como objetivo analisar o perfil destes produtores, as condições sócio econômica e suas condições de produção, identificando a partir das informações obtidas, as dificuldades e desafios enfrentados. Na contramão da tendênciado estado de São Paulo, ao analisar os dados do município de Angatuba, percebemos que ocorreu foi o aumento da bovinocultura. Formulamos então a seguinte pergunta para amparar as análises: por que em Angatuba não ocorreu a redução da área com a bovinocultura? O que explica esse fenômeno? Poderíamos associá-lo à característica específica da produção local? Qual seria essa característica encontrada nos pequenos produtores? Para alcançar os objetivos do estudo, apesquisa contou com uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa empírica caraterizada como exploratória, descritiva e interpretativa. Foi realizada entrevistas com 15 produtores de leite do município, realizada por meio do google forms, enviado via WhatsApp, chamadas telefônicas e presencialmente, considerado agricultor familiar. Pode-se dizer, que, para os produtores que participaram da pesquisa, as principais dificuldades para o fortalecimento e permanência na atividade leiteira, estão relacionadas a falta de incentivo para a atividade leiteira, instabilidade do preço pago pelo litro do leite e o alto custo dos insumos.

Palavras-chave: Bovinocultura leiteira. Agricultura familiar. Produtor de leite.

ABSTRACT

The dairy activity in Brazil has an important social and economic role, it corresponds to the source of income of countless farmers, including family members. In 2017, the publication of the Paulista Dairy Beef Development Plan disclosed the significant reduction of milk producers in the country, indicating a more competitive scenario that would select the most technical and productive. In this context, we propose to study the small milk producers in the Municipality of Angatuba, located in the Southwest of São Paulo. This study aims to analyze the profile of these producers, the socioeconomic conditions and their production conditions, identifying from the information obtained, the difficulties and challenges faced. Against the trend of the state of São Paulo, when analyzing the data from the municipality of Angatuba, we realize that what happened was an increase in cattle farming. We then formulated the following question to support the analyses: why in Angatuba did not occur the reduction of the area with cattle raising? What explains this phenomenon? Could we associate it with the specific characteristic of local production? What would be this characteristic found in small producers? To achieve the objectives of the study, the research included a bibliographical research and an empirical research characterized as exploratory, descriptive and interpretive. Interviews were carried out with 15 milk producers in the municipality, carried out through google forms, sent via WhatsApp, phone calls and in person, considered family farmer. It can be said that, for the producers who participated in the research, the main difficulties for the strengthening and permanence in the dairy activity are related to the lack of incentive for the dairy activity, instability of the price paid per liter of milk and the high cost of the inputs.

Keywords: Dairy cattle. Family farming. Milk producer.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. REVISÃO DA LITERATURA/ FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1. Camponeses, pequenos produtores e a modernização da produção.	10
2.2. Os pequenos produtores de leite frente à modernização.....	12
2.3. Angatuba: alguns dados da atividade leiteira	15
2.4. Produção de leite na região de Itapetininga: alguns dados	18
2.5. Procedimentos da pesquisa	21
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
3.1. O perfil dos pequenos produtores de leite de Angatuba que participaram da pesquisa.	22
3.2. O pequeno produtor de leite e a pluriatividade no mundo rural.	26
3.3. Condições da produção do leite dos produtores entrevistados.	27
3.4. As dificuldades dos pequenos produtores de leite.	30
3.5. Os produtores de leite e as cooperativas.....	33
3.6. Os produtores de leite e a agroindústria de laticínio.....	34
3.7. A assistência técnica e os produtores de leite	35
3.8. Produtores e a pandemia.....	36
3.9. A visão dos produtores de leite em relação a atividade leiteira e suas perspectivas	37
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

1. INTRODUÇÃO

Publicado em 2017 pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo, o Plano de Desenvolvimento da Bovinocultura Leiteira Paulista que levou o nome de “mais leite mais renda” chamou a nossa atenção pelo conteúdo. O relatório apontava a redução do número de produtores de leite no estado de São Paulo. Segundo Neto (NETTO et al., 2017, p. 1), a redução das áreas de pastagens ocorreu em razão da substituição por atividades agropecuárias que geravam mais lucros.¹ No relatório, as considerações davam ênfase para o aprofundamento da competição no setor que resultaria em poucos sobreviventes, os mais tecnificados e produtivos.

No Brasil a pecuária leiteira tem duas características importantes. A primeira é a produção pulverizada que ocorre em quase todo território nacional. Das 558 microrregiões identificadas e classificadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção de leite está presente em 554. A segunda característica é que não existe apenas um modelo de produção. A diversificação dos sistemas de produção é vasta. Há desde propriedades de subsistência, sem suporte técnico e produção diária menor que dez litros, até produtores com tecnologias avançadas e produção superior a 60 litros por vaca ordenhadas, considerados os mais competitivos do mundo (VILELA, 2016).

Neste vasto modelo de produção na atividade leiteira, podemos afirmar que 1 milhão e 200 mil estabelecimentos rurais que produzem leite no Brasil, aproximadamente 955 são classificados como agricultura familiar, o que equivale à 79,83% do total dos estabelecimentos que produzem leite no país (GOMES E VASCONCELLOS, 2021, p.16). Segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), mais da metade da produção total de leite (57%) é proveniente da agricultura familiar. No estado de São Paulo, Camargo (2022) revela que a concentração da agricultura familiar no geral é maior nas regiões do Pontal do Paranapanema, Sudoeste Paulista e Vale do Ribeira. São regiões onde mais de 67% dos estabelecimentos recenseados foram considerados como agricultura familiar (Camargo, et. al. 2022, p.54).

O conceito de agricultor familiar atualmente se caracteriza a parâmetros como: tamanho da propriedade, predominância da mão-de-obra e gestão familiar da unidade produtiva, bem

¹ “Entre 2000 e 2015, a produção brasileira de leite aumentou de 19,7 bilhões de litros para 35 bilhões de litros por ano, atingindo um aumento de 77,8 %. Isso tornou o país um dos maiores produtores do mundo. No mesmo período, a produção paulista caiu de 1,86 bilhão para 1,77 bilhão de litros de leite por ano e, a participação do Estado de São Paulo na produção brasileira de leite caiu de 9,4 % para 5,1 %”. (NETTO et al., 2017, p. 3)

como percentual mínimo de renda familiar provindo da unidade produtiva, segundo a Lei 11.326/2006 (BRASIL, 2006), estabelece em seu artigo 3:

Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-deobra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Todas essas informações nos instigaram. O que estava ocorrendo com o agricultor familiar que se dedicavam a produção de leite no estado de São Paulo? Sabendo da tradição da atividade leiteira no município de Angatuba, situado no Sudoeste Paulista, buscamos então pesquisar as condições econômicas, produtivas e sociais desses produtores.

Partindo do pressuposto da redução da bovinocultura paulista, nosso intuito consistia em identificar as dificuldades e os desafios enfrentados pelos pequenos produtores de leite em Angatuba. No início da pesquisa, quando estávamos analisando os dados da atividade da bovinocultura nesse município, descobrimos algo que nos surpreendeu. No município de Angatuba estava ocorrendo justamente o contrário. O aumento da área com a bovinocultura. A partir dessa descoberta formulamos uma pergunta complementar para amparar nossas análises: por que em Angatuba não ocorreu a redução da área com a bovinocultura? O que explica esse fenômeno? Poderíamos associá-lo à característica específica da produção local? Qual seria essa característica encontrada no agricultor familiar?

Para responder a essas perguntas o texto a seguir está estruturado em três seções. A revisão da literatura, os procedimentos da pesquisa empírica e os resultados e as discussões desses resultados, finalizando com algumas considerações finais. Vale destacar já no início que, para termos acesso à percepção dos produtores de leite sobre suas dificuldades, realizamos uma pesquisa exploratória com os pequenos produtores de leite de Angatuba. Tratou-se de uma abordagem de pesquisa exploratória, descritiva e interpretativa (GRAY, 2012). Lembrando que, as pesquisas de caráter interpretativo, segundo GRAY, 2012, *estão associadas a abordagens qualitativas, à coleta e análise de dados* (Gray, 2012, p.36). Dessa forma, realizamos a pesquisa com o grupo focal com o intuito de conhecer a realidade e identificar os aspectos mais importantes levando em conta os relatos dos depoentes. Os resultados das entrevistas foram organizados, descritos e interpretados à luz das reflexões teóricas expostas na literatura mencionada.

2. REVISÃO DA LITERATURA/ FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. CAMPONESES, PEQUENOS PRODUTORES E A MODERNIZAÇÃO DA PRODUÇÃO.

O debate sobre as dificuldades de reprodução da pequena produção agropecuária no capitalismo não é novo. No campo da economia política podemos destacar a perspectiva do materialismo histórico que alertou para o destino trágico dos camponeses.²

Teoricamente, com o avanço do capitalismo na agricultura e mudanças nas relações de propriedade e trabalho, os camponeses integrados aos mercados estariam submetidos à dinâmica concorrencial e à necessidade de ganhos de escala e produtividade. Suas ações motivadas pelo lucro culminariam na especialização da produção. Transformando-se em um produtor de mercadorias, a dificuldade do pequeno produtor em acompanhar o progresso técnico e o avanço da produtividade, os expulsaria do circuito produtivo (SILVA, 1999).

Levando em conta a lei da acumulação e centralização do capital, Lenin (1982)³ deu ênfase ao processo de diferenciação social pelo qual o camponês estaria submetido. Ao se tornarem produtores de mercadorias, um segmento expressivo participaria dos efeitos negativos do progresso da agricultura. No limite, em razão dos endividamentos, perderiam a terra,

² O termo camponês aqui empregado se refere à uma categoria social cuja lógica de produção não está vinculada à busca pelo lucro monetário. Geralmente essa categoria social é entendida como uma reminiscência do mundo feudal, portanto, os estudos sobre sua reprodução social no capitalismo dão ênfase aos processos de subordinação, desaparecimento, resistência etc. Há no debate sobre o campesinato, ainda aqueles que associam essa categoria social apenas ao feudalismo, afirmando tratar-se de um anacronismo supor a sua existência no Brasil, por exemplo. Contudo, Martins (1986) explica que o campesinato no Brasil é uma categoria política e social que emerge justamente com a chegada dos europeus e avanço do modo de produção capitalista no Brasil, como uma das contradições no nosso capitalismo. Trata-se do surgimento daqueles que, ao longo da formação da economia capitalista no Brasil viviam e vivem do trabalho na terra, sem necessariamente desfrutarem do direito de propriedade. São os agregados, meeiros, descendentes dos escravizados, indígenas etc. Também podemos incluir nessa categoria migrantes do campesinato europeu. Martins (1986) afirma que trata-se de uma categoria social que sempre existiu mas que somente apareceu no cenário político mais tarde. Nesses termos, estamos entendendo camponês como uma figura social que não tem comovisão de mundo, a busca pelo lucro e a competição. Explicando quem é o camponês Moura (1988) escreve: *Vivendo da terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para a sua mesa e para a do príncipe, do tecelão e do soldado, o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza (...)* e continua: (...) *A céu aberto, é um observador dos astros e dos elementos. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas a determinadas tarefas.* E prossegue: (...) *Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo e já existia antes daquilo que convenciamos chamar de ciência* (MOURA, 1988: 9).

³ A lei da acumulação capitalista refere ao processo de produção de mercadoria e produção de valor, onde o capitalista se apropria de parte do valor gerado, parte essa conhecida como o lucro da atividade. A centralização do capital se refere à concorrência entre os produtores, onde os maiores vão absorvendo ou expulsando os menores do mercado (LÊNIN, 1982).

tornando-se um trabalhador sem propriedade. O processo de diferenciação social culminaria no processo de decomposição social, transformando o camponês em um trabalhador rural ou em um produtor de mercadorias. Kautsky (1988), alertou para o fato de que o camponês, na luta pela sobrevivência ampliaria sua carga de trabalho dentro da sua propriedade, aproximando-se de uma situação de auto-exploração. Quando necessário, também recorreriam ao mercado de trabalho fora da propriedade.

Interessante destacar que o debate clássico sobre o destino do campesinato está vivo e é relevante no século XXI. Isso ocorre porque a questão da fome e da insegurança alimentar ainda persistem como um dos grandes problemas contemporâneos. Quem e como se produzirá o alimento em sociedades cada vez mais urbanizadas? O mercado e a busca pelo lucro são instituições e motivações que garantem o abastecimento do alimento?

A despeito das diferenças qualitativas, normativas e conceituais que podem envolver o sistema de classificação social (camponês, agricultura familiar, pequeno produtor etc), para os nossos propósitos vale colocar em relevo os efeitos do progresso técnico e dos avanços tecnológicos. Os avanços tecnológicos (indústrias de sementes, adubos, venenos, máquinas etc.) aprofundam a dependência do pequeno produtor com o mercado - a jusante e a montante. Muitas vezes os pequenos produtores recorrem à financiamentos em bancos para acompanhar o progresso técnico e modernizar sua produção em busca de produtividade. O problema é que o sistema de produção ultra especializado, dependente de uma tecnologia comprada, vulnerabiliza a autonomia relativa a qual os pequenos produtores desfrutavam (SILVA, 1999).

Autonomia relativa se refere a seguinte situação: a família que trabalha na terra e possui a propriedade rural produz para o mercado local, mas também produz parte do seu próprio alimento. No Brasil, no estado de São Paulo, por exemplo, formou-se os bairros rurais que, em tempos de escassez de alimento ou de perdas na lavoura, a solidariedade entre os vizinhos fazia com que distribuíssem entre os vizinhos os pedaços de carne quando um boi ou um porco era abatido. Queiroz (1973) e Candido (2001) mostraram como se dava a sociabilidade nos bairros rurais, o sistema de trocas entre os vizinhos, mutirões etc. A mudança ocorre quando, com o envolvimento em uma produção ultra especializada, financiada por bancos e pelo Estado,⁴ deixa-se de lado a produção complementar para o auto-consumo, chamada no cotidiano de produção para o gasto. O produtor familiar torna-se então dependente unicamente da produção para o mercado e da renda monetária que recebe em troca. Nesse contexto, o preço

⁴ Risco agrícola é o risco pelas intempéries da natureza.

pago pela mercadoria produzida no campo é que vai garantir a sua reprodução social. Dependendo do setor em que atua, sua dependência por tecnologias e por recursos financeiros vai produzir um impacto devastador quando os preços pagos por seu produto, não permitirem cobrir os custos de produção. Expondo o produtor à possibilidade da perda da terra. Delgado (1985), resgata esse momento na sociedade brasileira, explicando como a política de Estado de modernização da agricultura e financiamento via crédito criou dívidas e armadilhas para o pequeno produtor.

Nesse sentido, a modernização da agricultura brasileira ficou conhecida como modernização conservadora ou trágica, justamente pelos efeitos perversos sobre as famílias que viviam do trabalho na terra. Silva (2002), demonstrou esse processo no Brasil nos anos 60. A urbanização, que contou com a chegada de muitas famílias nas cidades, ocultava um processo de expulsão do campesinato. Famílias que usavam a terra para produzir seus meios de vida, amparadas em outras relações, sociabilidade e valores, chegavam na cidade dependendo agora de uma renda monetária.

2.2. OS PEQUENOS PRODUTORES DE LEITE FRENTE À MODERNIZAÇÃO

A modernização da atividade leiteira também envolveu o Estado no sentido de regulamentar e financiar o setor abrindo espaço para o avanço do progresso técnico. Não se trata aqui de fazer um resgate desse processo, mas indicar algumas das mudanças que geraram impactos nos processos produtivos da bovinocultura.

“A partir de 1950 (...) a pecuária deu os primeiros sinais de modernização” (VILELA et al., 2017, p.6). Em 1952, Getúlio Vargas instituiu diretrizes de inspeção em indústrias do ramo leiteiro, que operam com produtos originados de animais⁵, tornando obrigatória a pasteurização do leite, a inspeção e o carimbo do SIF (Serviço de Inspeção Federal). Nesse decreto foram aplicados critérios de avaliação nos setores de produção, industrialização e comercialização, foram definidas classificações como: finalidade, espécie produtora, teor de gordura e tratamento (MAIA et al., 2010). Maia et al. (2010), ainda reitera que após a introdução do decreto, se constituiu uma nova concepção de critérios para a avaliação do produto, surgindo classificações do leite em A, B e C, referente às condições sanitárias de sua obtenção, processamento, comercialização, durabilidade e contagem microbiana. O tipo A visava maior exigência da

⁵ RIISPOA (Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal)

vigilância sanitária. O processo de produção do tipo B, dispõe da possibilidade de contaminação e menor durabilidade que o leite tipo A. Já o leite tipo C, devido às suas características manuais e o seu armazenamento tem valor mais baixo na cadeia leiteira. Praticamente, a principal diferença entre eles era a contagem bacteriana total (CBT).

O decreto seguiu em vigência até o fim da década de 1990. Em 1997, a partir da criação do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNQL), as questões em relação a qualidade do leite no país foi tema de discussão. Uma das propostas do programa foi a introdução da Instrução Normativa (IN) 51/2002 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que propunha exigências quanto a produção de leite no Brasil, desde procedimentos de ordenha do leite na propriedade rurais, refrigeração e o transporte até a indústria (CARNEIRO, 2015).

Em julho de 2005 entra em atividade a instrução normativa 51 nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste. Seu propósito foi regularizar a produção, identidade, qualidade, coleta e transporte do leite A, B, C, pasteurizado e cru refrigerado. Essa regulação internalizou critérios aceitos internacionalmente abrindo espaço para um acréscimo nas exportações de lácteos. Por se tratar de um alimento altamente perecível, as condições de qualidade se iniciam desde a produção, armazenamento, transporte, industrialização e comercialização (SLUZZ et al. 2006). Conseqüentemente, essa norma trouxe uma série de modificações para os produtores, empresas delatícios e aos consumidores.⁶

De acordo com Carneiro (2015), as mudanças na cadeia do leite levaram a uma nova adequação dos agentes envolvidos na produção, pressionando o produtor rural a assumir um status competitivo no mercado lácteo, tornando-se, portanto, um produtor de mercadorias. O autor ainda afirma que a partir dos anos 1990, com todas as mudanças e exigências da cadeia de leite no Brasil, a produção familiar enfrentou uma nova realidade. Para o autor, a o ajustamento a esse novo cenário, fomentou novas habilidades ligadas à profissionalização e especialização desses produtores.

Segundo Borges *et al.* (2014), existiam muitos produtores de leite no país que trabalhavam de forma ineficiente e com baixos padrões de qualidade. No entanto, a maioria

⁶ A edição da Instrução Normativa nº62, foi uma resposta às dificuldades ocorridas para a implantação da Instrução Normativa nº51 (IN 51) de 18 de setembro de 2002. Essa adequação, apesar de positiva, define um novo cronograma para a adaptação gradativa dos produtores, e muda os limites de Contagem Bacteriana Total (CBT) e a Contagem de Células Somáticas (CCS). Essa mudança em si representou a aceitação da realidade de que o produtor de leite brasileiro não teve como se adequar as exigências (SILVA, 2012).

desses produtores não especializados conseguiam vender alguns de seus produtos excedentes para o mercado informal. Na década de 1990, segundo Jank (1999), a pecuária leiteira estava começando um intenso método de seleção e especialização, especialmente em virtude da introdução de sistemas de pagamento variado por qualidade da matéria prima, volume individual de produção e método de entrega. Para o autor, não há melhor forma de especializar o produtor que o pagamento diferenciado. Incentivando estes pontos estabelecidos e, penalizando a falta deles, a indústria induzia a melhoria dos índices técnicos de produção e o nível de qualidade do produto. Ao lado desse processo, ocorriam os efeitos da competição. Bandeira (2001, p. 97) destaca que:

O cenário que se visualiza para a cadeia do leite é de crescimento, modernização e exclusão, seguindo a tendência das grandes mudanças estruturais que vêm ocorrendo desde o início da década passada. (...) os produtores que não dispuserem de terra suficiente, recursos financeiros, acesso à tecnologia e capacidade de gerenciamento, que são fatores essenciais para crescer e ser competitivo, serão excluídos da atividade.

Esse novo contexto do setor leiteiro, vem pressionando os produtores a se especializarem. Aumentam os investimentos na aquisição do rebanho ou na compra de equipamentos e benfeitoras. Os produtores que não possuem ou não tem condições de acesso aos capitais, ficam, de certa maneira, suscetíveis a perda de competição (PADILHA, 2003). Segundo a Embrapa, os produtores de leite podem ser classificados como pequenos ou médios, com produção diária de 50 a 100 L e de caráter familiar (EMBRAPA GADO DE LEITE, 2007; BRITO et al., 2004).

A partir dos anos 1990, todas as transformações e exigências provindas da cadeia de leite no Brasil, com a abertura do país à economia global e as exigências de qualidade, representam para a produção familiar, a necessidade de reajustamento a esse novo contexto, o que suscita a incorporação de novas habilidades, ligadas a profissionalização e especialização dos produtores (CARNEIRO, 2015).

A respeito do cenário da exclusão de produtores leiteiros da atividade, Borges et al (2014), destaca dois pontos relevantes, o primeiro o que aconteceu no Brasil com a estrutura produtiva, no período de 1985 a 1995, onde houve uma queda tênue no número de produtores e segundo as tendências recentes que estão determinando a nova estrutura produtiva da produção no País, desde 1995, com a propensão de aumento da exclusão de produtores da atividade leiteira. No entanto, é relevante ressaltar que as mudanças mais significativas na pecuária leiteira brasileira, deu início a década de 1990, quando o sistema de abastecimento de leite mudou drasticamente devido as modificações estruturais como: 1. O fim do tabelamento dos preços em 1991, depois de 50 anos deste regime; 2. Abertura comercial intensa e formação

do Mercosul; 3. Mudança de hábitos no mercado consumidor de produtos lácteos, com o crescimento da demanda do leite longa vida e de outras sobremesas lácteas; 4. O aumento da participação do capital multinacional no País, estimulando o processo de modernização da coleta e de transporte da matéria-prima.

Comparando dados dos Censos Agropecuários de 1996 e de 2006 (IBGE, 2006), foi identificado a diminuição de propriedades que exploravam leite, passou de 1.810 mil para aproximadamente 1.350 mil, equivalente a uma redução de 26% ou de 460 mil estabelecimentos no período de 10 anos. Nos dias atuais, estima-se que o número de propriedades que produzem e comercializam leite seja próximo de 871 mil. Dos estabelecimentos que comercializavam leite, cerca de 20% não dispunha de ordenha mecânica e não adotava manejo reprodutivo direcionado ao melhoramento genético, como adoção de tecnologias de inseminação artificial. Do total de produtores, 78% nunca recebeu algum tipo de assistência técnica, agravado pelo fato de 79% serem analfabetos ou pouco letrados (Vilela, 2014).

Para Borges et al. (2014), o processo de modernização no setor leiteiro do país é favorável. Melhora a qualidade do produto, reduz o risco de contaminação nos produtos lácteos e pode abrir caminho para a ampliação das exportações. No entanto, se não alcançarem a adaptação às exigências de qualidade sanitária estabelecidas pela legislação brasileira, como também as atribuídas pelos laticínios (qualidade e escala), o resultado, é a expulsão do mercado. Para o autor, tende a ser menos excludente à medida que os atores sociais conseguem se organizar economicamente e, no caso da produção de leite, atingem uma escala que lhes permite adotar novas tecnologias. Nesse caso, o setor público tem papel importante a desempenhar no incentivo a modelos cooperativos de produção, bem como em formular políticas eficazes de reconversão para os produtores que irreversivelmente seriam excluídos da pecuária leiteira (BORGES et al., 2014).

2.3. ANGATUBA: ALGUNS DADOS DA ATIVIDADE LEITEIRA

O município de Angatuba, possui 22.210 habitantes e 28,17% (6.257) desse total são residentes da área rural (Censo, 2010). Em relação à atividade leiteira, a tabela a seguir nos revela um processo importante. Nota-se que, ao contrário da tendência do estado de São Paulo, não dá para falar em redução da atividade leiteira no município de Angatuba. De acordo com a tabela 1, apecuária leiteira subiu de 77 Upas (Unidade de produção Agropecuária) em 2007/8 para 222 Upas em 2016. Ao mesmo tempo, de 2.464 cabeças de gado de leite, passou para 6.088 cabeças. Em evidência na tabela 1, a bovinocultura mista revelou uma drástica redução, o que presume sua redistribuição para a bovinocultura de corte ou leite.

Tabela 1. Explorações Animais, Município de Angatuba, Estado de São Paulo, 2007/08 e 2016/17

Principais explorações pecuárias	Unidade	Total		Nº de upas	
		Ano 2007/08	Ano 2016/17	Ano 2007/08	Ano 2016/17
Asininos e muares	cabeças	408	323	211	189
Avicultura de corte	cabeças/ano	423.070,00	1.946.000,00	10	22
Avicultura para ovos	cabeças	20.250,00	37.600,00	3	2
De Bovinocultura de corte	cabeças	23.945,00	35.061,00	126	891
Bovinocultura leiteira	cabeças	2.464,00	6.088,00	78	222
Bovinocultura mista	cabeças	20.632,00	3.151,00	936	163
Caprinocultura	cabeças	104	56	23	15
Equinocultura	cabeças	1.710,00	1.613,00	552	569
Ovinocultura	cabeças	661	746	30	39
Piscicultura	m ² tanques	13.006,00	11.500,00	3	4
Suinocultura	cabeças	4.300,00	1.948,00	201	177

Fonte: CDRS/IEA, Projeto LUPA⁷

Ao analisarmos as tabelas n.2 e n.3, além do aumento da pecuária leiteira, a tabela n.2 revela que 64,23% do total dos estabelecimentos agropecuários de Angatuba estão envolvidos com atividades na pecuária e criação de animais, ocupando 30,72% da área total dos estabelecimentos agropecuários. E dos 598 estabelecimentos com pecuária e criação de animais, 45,65% (ou 273 estabelecimentos, de acordo com a tabela 3), são estabelecimentos que produziram leite de vaca. E destes 273 estabelecimentos que produziram leite de vaca (ou 45,65% do total), 77,65% são formados por agricultura familiar concentrando os cuidados de 71,24 % das vacas ordenhadas.

Ainda observando os dados da tabela 2 podemos afirmar que essa atividade familiar produz 70,82% do leite produzido em Angatuba e 70,35% do valor da atividade leiteira. Um dado importante revelado pela tabela n. 3 é que 49,52% dos estabelecimentos familiares da atividade leiteira, fazem entrega de leite cru, sendo que 87,61%, ou quase 90% do leite

⁷ SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Instituto de Economia Agrícola. Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Projeto LUPA 2007/08, 2016/17: Censo Agropecuário do Estado de São Paulo**. São Paulo: SAA: IEA: CDRS, 2019.

produzido pela atividade familiar é na forma de entrega de leite cru.⁸ Isso significa que de toda atividade leiteira que opera na forma de atividade familiar, aproximadamente 50% produzem aproximadamente 90% do seu leite na forma de leite cru.

Tabela 2. Número, área e percentuais dos estabelecimentos agropecuários por grupos de atividade econômica em Angatuba em 2017.

	Nº	%	Área (ha)	%
Produção de Lavouras temporárias	175	18,79%	16.898	19,89%
Horticultura e Floricultura	88	9,45%	1.410	1,65%
Produção de Lavouras Permanentes	31	3,32%	X	X
Produção de sementes e mudas certificadas	1	0,1%	X	X
Pecuária e criação de outros animais	598	64,23%	26.152	30,72%
Produção florestal – florestas plantadas	38	4%	33.460	39,30%
Total	931	100%	85.119	100%

Fonte: IBGE- Censo agropecuário, 2017.

Tabela 3. Número de estabelecimentos agropecuários que produziram leite de vaca, quantidade produzida de leite, valor da produção, e número de estabelecimentos que venderam leite de vaca, número de estabelecimentos que venderam leite de vaca cru- Ano 2017.

	Agricultura familiar - não	Agricultura familiar - sim	Total
Número de estabelecimentos agropecuários que produziram leite de vaca (Unidades)	61	212	273
Vacas ordenhadas nos estabelecimentos agropecuários (Cabeças).	697	1727	2.424
Quantidade produzida de leite de vaca (Mil litros)	2.236	5.428	7.664
Valor da produção de leite de vaca (Mil Reais)	2.591	6.150	8.741
Número de estabelecimentos agropecuários que venderam leite de vaca cru (Unidades)	28	105	133
Quantidade vendida de leite de vaca cru (Mil litros)	1.962	4.756	6.718
Valor da venda de leite de vaca cru (Mil Reais)	2.244	5.402	7.646

Fonte: IBGE- Censo agropecuário, 2017.

Sobre Angatuba e a produção de leite, encontramos duas pesquisas que trazem algumas informações que são importantes mencionar. A primeira foi um estudo com os agricultores

⁸ Leite cru é o leite de vaca, ovelha e cabra – ou de qualquer outro animal – que não foi pasteurizado para matar bactérias nocivas.

familiares da microrregião de Itapetininga – SP, onde inclui-se o município de Angatuba. A pesquisa buscou verificar o nível de segurança alimentar das famílias e o indicador de segurança dos alimentos derivados do leite (queijo, doce de leite, etc.) em 10 produtores que comercializavam informalmente na região, leite e derivados de leite.⁹ Os autores detectaram que nenhuma das famílias entrevistadas apresentavam índice de insegurança alimentar, ao mesmo tempo, os resultados apontaram níveis insuficientes de segurança higiênico-sanitária dos produtos derivados de leite. Ou seja, a produção não atendia as exigências da legislação. Outro ponto importante foi sobre o perfil sócio econômico dos entrevistados. Embora com renda mensal diferentes, os entrevistados com maior renda tinham renda complementar com outras atividades (pinus, soja, feijão, etc.). Quanto à produção para o próprio consumo, os autores salientaram que sete dos entrevistados afirmaram praticarem o autoconsumo e, ressaltam que essa prática é comum em domicílios rurais (GRANATO *et al.*, 2020).

A segunda pesquisa foi com os agricultores familiares inscritos no PAA (Programa de Aquisição de alimento) em Angatuba. O intuito foi identificar os desafios do Programa. Para os nossos propósitos, vale mencionar que nenhuma família inscrita no PAA no município de Angatuba, entrega produtos no PAA derivados de animais ou produtos processados, como pão, biscoitos, etc (BORSATTO *et al.*, 2020).

2.4. PRODUÇÃO DE LEITE NA REGIÃO DE ITAPETININGA: ALGUNS DADOS.

Segundo Rosolen (2006), a produção total de leite do Estado de São Paulo em 2005 foi de 4.765 mil litros diários e, 84,4% desse total foi destinado às empresas de laticínios. Vale acrescentar que nesse mesmo ano, o estado tinha 31.209 produtores de leite atuando como fornecedores de empresas privadas e cooperativas sob inspeção federal e inspeção estadual¹⁰. O autor ainda destacou as cinco mesorregiões que possuíam o maior número de produtores no estado de São Paulo, Presidente Prudente com 5.254 produtores, São José do Rio Preto com 4.813, Vale do Paraíba Paulista equivalente a 4.165, Itapetininga e Araçatuba com 3.207 e 2.003 respectivamente, em 2006.

⁹ O nível de segurança alimentar das famílias foi analisado a partir do indicador EBIA (Escala Brasileira de Insegurança).

¹⁰ Os produtores de leite precisam de uma inspeção sanitária para poder vender seu leite. Essa inspeção recebe um selo e usualmente sempre foi uma inspeção Federal, o que trazia, de certa forma, uma morosidade ao processo. Nas últimas décadas ouve um avanço em relação à possibilidade das cooperativas em certificar as inspeções estadual e até municipal.

Segundo a classificação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a região de Itapetininga é composta por 13 municípios, entre eles: Itapetininga, Alambari, Angatuba, Boituva, Campina do Monte Alegre, Capela do Alto, Cerquilha, Cesário Lange, Guareí, Quadra, São Miguel Arcanjo, Sarapuí e Tatuí. Nessa região há uma economia fortemente voltada para a agricultura. A cidade de Itapetininga, por exemplo, se encontra em 12º com participação do PIB agrícola paulista, de acordo com IBGE e já foi considerada a terceira maior bacia leiteira do estado de São Paulo nos anos 60, o Jornal Polivet, de Itapetininga de 2008. Vale destacar que, desde então, a pecuária leiteira na região vem perdendo destaque para outras culturas, mas ainda apresenta um número consideravelmente alto de produtores envolvidos na produção leiteira.

Tabela 4- Dados de estabelecimentos bovinos e produção de leite na região de Itapetininga em 2017.

Cidade	Nº de Estabelecimentos Agropecuário	Nº de Estabelecimento de Bovinos	Nº de Estabelecimento de produção de Leite no ano	Quantidade de leite produzido no ano (x 1000 L)
Itapetininga	1291	685	326	11.605,686
Angatuba	931	622	273	7.544,245
Campina do Monte Alegre	141	81	15	1.619,295
Alambari	170	106	38	351,428
Boituva	192	111	37	594,481
Capela do Alto	157	87	39	244,174
Cerquilha	180	180	21	583,335
Césario Lange	197	197	57	2556,95
Guareí	763	597	286	6.366,875
Quadra	204	118	69	1.828,65
São Miguel Arcanjo	1916	398	127	2.820,923
Sarapuí	347	212	61	2.207,626
Tatuí	341	190	73	2.293,875

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário/2017

A tabela a seguir apresenta um panorama dos números dos estabelecimentos agropecuários presentes nos municípios da região de Itapetininga, permitindo com que se visualize a participação dos estabelecimentos que produzem leite. Os municípios que mais se destacaram na produção de leite foram: Itapetininga, Angatuba e Guareí.

Tabela 5 – Os percentuais de participação na produção em 2017.

Cidade	Percentual dos estabelecimentos agropecuários que produzem leite	Percentual da produção de leite do município em relação a produção total da região
Itapetininga	25%	29%
Angatuba	29%	19%
Campina do Monte Alegre	11%	4%
Alambari	22%	1%
Boituva	19%	1%
Capela do Alto	25%	1%
Cerquilha	12%	6%
Césario Lange	29%	6%
Guareí	37%	16%
Quadra	34%	5%
São Miguel Arcanjo	7%	7%
Sarapuí	18%	5%
Tatuí	21%	5%
Total	21%	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da tabela 5.

Na tabela anterior, além do destaque para os três municípios, Itapetininga, Angatuba e Guareí que contribuíram respectivamente com 29%, 19% e 16% da produção de leite na região no ano de 2017, outros municípios como Alambari, Boituva e Quadra, possuem muitos de seus estabelecimentos agropecuários produzindo leite, mas a contribuição no total da produção da região é baixa. A Região de Itapetininga tem destaque na agroindústria de laticínios, a tabela a seguir mostra algumas das empresas situadas na região.

Tabela 6 - Indústrias de Laticínios na região de Itapetininga.

Cidade	Indústrias de Laticínios	Fundação	Produtos
Angatuba	Polenghi	1947	Queijos, requeijões
Campina do Monte Alegre	Exceleite	1993	Manteiga, Leite Pasteurizado (Integral e desnatado), Iogurtes, Achocolatados e Queijos (frescal e mussarela)

	Castrolanda Cooperativa Industrial	2014	Creme de leite, Leite condensado, Bebidas Láctea, Leite (desnatado, semidesnatado e integral)
Itapetininga	Basleite	2011	Queijos, Manteiga e iogurtes.
	Di Bella	2007	Mussarela de búfala
	Vigor	2015	Armazenamento de Leite(preparação do leite)
	Fazenda Santa Luzia	1976	Queijos artesanais
Guareí	Yema Distribuidora de Alimentos S.A	1997	Mussarela, Queijos especiais (gorgonzola, brie, emental e parmesão), requeijão, manteiga, cream chesse, ricota, coalhada.
Boituva	Campo em casa	2016	Fabricação de laticínios
São Miguel Arcanjo	Yema Distribuidora de Alimentos S.A	2014	Mussarela, Queijos especiais (gorgonzola, brie, emental e parmesão), requeijão, manteiga, cream chesse, ricota, coalhada.

Fonte: Autoria Própria.

2.5. PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Para a realização da pesquisa de campo foi elaborado um questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas agrupadas em 3 seções. Na primeira seção introduzimos questões referentes ao perfil do produtor, na segunda seção, questões relativas às condições sócio econômicas e, na terceira seção as questões quanto às condições de produção. Para a aplicação do questionário utilizamos a metodologia de rede. Cada produtor indicou o contato de outros produtores e, assim, sucessivamente, até alcançarmos a quantidade de 15 produtores.

O questionário foi elaborado e, como estávamos em pandemia (de abril a outubro de 2021) ele foi aplicado por meio do google forms, enviado via *WhatsApp* e chamadas telefônicas. Na preferência de alguns entrevistados, também realizamos presencialmente. Vale explicitar que os produtores não inseriram seu nome no formulário do *google forms*, portanto, todos os dados foram tabulados sem a identificação dos depoentes que participaram da pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. O PERFIL DOS PEQUENOS PRODUTORES DE LEITE DE ANGATUBA QUE PARTICIPARAM DA PESQUISA.

Vamos iniciar apresentando os principais resultados da pesquisa em relação ao perfil do produtor que participou da pesquisa. Optamos por apresentar em forma de um organograma para que pudéssemos então chamar a atenção para os principais aspectos identificados. No organograma destacamos que 80% são do gênero masculino, 70% tem de 30 a 60 anos, 72% nasceram em Angatuba, 67,7% residem na área rural, 80% viveram na infância na área rural, 33% não concluíram o ensino fundamental, 80% propriedade com até 20 hectares, 46,7% a mão de obra é exclusivamente familiar¹¹, 46,7% estão envolvidos na atividade leiteira a mais de 20 anos, 26% começaram a atividade leiteira em menos de 10 anos¹², 53,3% com expectativas positivas em relação aos filhos continuarem a atividade leiteira, 73,3% tem na bovinocultura leiteira sua principal renda; 13,3% recebem aposentadoria rural¹³

¹¹ 53,3% fazem contratação fora da família. Não foi questionado aos produtores quantas pessoas ao certo são contratadas, mas dois afirmaram utilizar a contratação temporária (diarista, quando necessário) e seis entrevistados realizam contratação permanente.

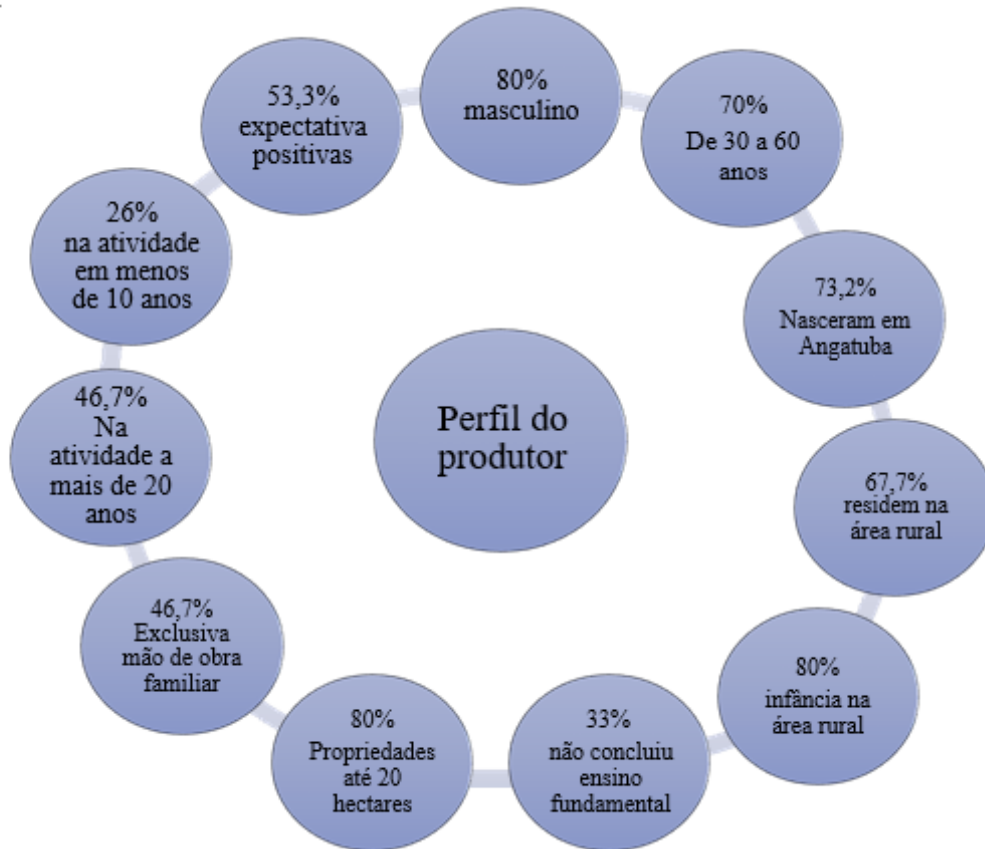
¹² 53,3% fazem contratação fora da família. Não foi questionado aos produtores quantas pessoas ao certo são contratadas, mas dois afirmaram utilizar a contratação temporária (diarista, quando necessário) e seis entrevistados realizam contratação permanente.

¹³ 73,3% local de moradia é o mesmo da atividade leiteira. Dos 15 entrevistados 10 moram na área rural e 5 na área urbana, dos 5 que moram na área urbana, 4 entrevistados não residem no mesmo local em que praticam a atividade leiteira, e apenas 1 reside e pratica a atividade em área considerada urbana.

- 60 % das pessoas que moram com o produtor não se envolvem na atividade leiteira. Apenas 3 produtores responderam que os filhos ajudam na atividade leiteira.

- Dos 12 entrevistados que responderam ter filhos, 33,33 % desses possuem filhos maiores de 18 anos.

Organograma 1- Perfil do Produtor do Pequeno Produtor de Leite



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa de campo.

Os dados apresentados no organograma nos permitem sinalizar que entramos em contato com a agricultura familiar produtora de leite em Angatuba. São famílias que majoritariamente são provenientes de Angatuba, cresceram na área rural e, na área rural desenvolveram suas atividades econômicas. São famílias que majoritariamente ainda residem no meio rural e vivem da atividade econômica praticada na propriedade rural. Duas observações devem ser feitas em relação aos dados relativos ao perfil dos pequenos produtores localizados pela pesquisa. Primeiro é que aproximadamente 26% dos entrevistados estão entre aqueles que começaram a atividade leiteira em menos de 10 anos, o que sugere que esses produtores podem estar entre aqueles que fizeram ampliar o contingente de produtores leiteiros entre 2007/2008 e 2017/18, conforme destacado na apresentação da tabela 2. Uma outra observação está vinculada aos 46,7% dos entrevistados, que afirmaram estar a mais de 20 anos envolvidos com a atividade leiteira. E aqui chegamos no tema da tradição familiar na atividade leiteira como um elemento importante para o desenvolvimento e permanência dessa atividade econômica no município. Estamos aqui nos reportando a uma categoria social que se envolve na atividade leiteira há muito tempo.

Quando somamos a essas informações o fato de 40% dos entrevistados terem tido acesso à terra na forma de herança e 30% como um empréstimo da família, conforme indicado na tabela 4, algumas considerações podem ser formuladas.

Tabela 4. Formas de acesso à terra

Formas de obtenção	N	%
Herança	5	38%
Compra	3	23,1%
Aluguel (renda da terra)	1	7,7%
Terra “emprestada” de um membro familiar (sogra, tia, avó) ¹³	4	30,8%
Sem resposta	1	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa de campo.

Em relação a questão da tradição e cultura rural tem algumas ponderações que já apresentamos na parte 2.3 que tratou da pequena produção. Trata-se da questão das motivações que envolvem a decisão do pequeno produtor em realizar a atividade leiteira. Estão os produtores apenas atrás de lucros? Sabe-se que na economia capitalista, a ausência de lucro inviabiliza a reprodução da atividade econômica. Entretanto, quando estamos em contato com a categoria de pequenos produtores, lembramos das contribuições de Kautsky (1988) e de Wanderley (2009) expostas no item 2.1. O pequeno produtor irá também se expor ao sobretrabalho tal como se inserir no mercado de trabalho como mecanismo de reprodução social. Há, portanto, um peso da tradição e de um modo de vida no campo que interfere nas decisões do produtor.

A seguir apresentamos um quadro com as falas dos entrevistados sobre o que os motivou a entrar na produção leiteira. É possível identificar que além da importância econômica, existe uma motivação vinculada à tradição, ao fato desta atividade estar presente desde gerações mais antigas da família. Não são, portanto, capitalistas apenas atrás de lucros. São produtores que cresceram e viveram no meio rural, dentro de uma cultura e um modo de vida pelo qual construíram suas subjetividades e cultura, portanto, muitos revelaram um envolvimento afetivo com a prática do trabalho, demonstrando um sentimento de afeto positivo.

Entrevistado 1: Herança familiar, que começou com meus avós e passou para os meus pais. É a nossa principal fonte de renda atualmente (Entrevista realizada dia 05, abril/2021).

<p>Entrevistado 2: Desde pequena quando ainda morava com meus pais sempre gostei de mexer com essa atividade. (Entrevista realizada dia 05, abril/2021)</p>
<p>Entrevistado 3: Meu pai trabalhava em sítio, que a principal atividade era o leite e lá foi meu primeiro emprego e o meu amor pelas vacas leiteiras já vêm desde criança, talvez pelo fato de ter nascido e criado neste meio que desde sempre veio meu sustento. (Entrevista realizada dia 05, abril/2021)</p>
<p>Entrevistado 4: Desde pequeno gosto de mexer com vacas leiteiras. Me envolvi depois que sai de um serviço na cidade para poder realizar esse desejo de ser produtor de leite (Entrevista realizada dia 10 agosto/2021)</p>
<p>Entrevistado 5: Porque desde criança minha família mexe com gado e com a atividade leiteira. (Entrevista realizada dia 13, out./2021).</p>
<p>Entrevistado 6: Comprei um sítio no bairro dos ribeiros, e comprei uma vaca para começar...comprei um sítio maior e aumento as vacas, no início foi por hobby, por conta que fiquei doente. E gostei dessa atividade. (Entrevista realizada dia 07, out. /2021)</p>
<p>Entrevistado 7: Vem de geração, meu pai sempre lidou com leite. (Entrevista realizada dia 07 Out/2021)</p>
<p>Entrevistado 8: Os meus pais já trabalhavam na atividade e eu continuei trabalhando na ativação. (Entrevista realizada dia 05, out./2021)</p>
<p>Entrevistado 9: Vindo de Minas gerais em 1966 para trabalhar em uma fazenda de gado leiteiro e conheceu sua esposa onde até hoje é casado há 53 anos. (Entrevista realizada dia 07, agosto/2021)</p>
<p>Entrevistado 10: Começou com a minha avó onde meu pai era envolvido, minha avó ficou de idade e meu pai começou a me incentivar foi onde eu tomei gosto e quis se envolver na atividade cada vez mais. (Entrevista realizada dia 13, abril/2021)</p>
<p>Entrevistado 11: Vem de família, começou com meu avô, meu pai e hoje está comigo. (Entrevista realizada dia 05, abril/2021).</p>
<p>Entrevistado 12: Foi aos poucos, me casei e comecei a ajudar meu marido. (Entrevista realizada dia 08, abril/2021).</p>
<p>Entrevistado 13: Com a aposentadoria do meu pai resolvemos montar retiro. (Entrevista realizada dia 10, agosto/2021)</p>
<p>Entrevistado 14: Vem de geração. (Entrevista realizada dia 05, out. /2021).</p>
<p>Entrevistado 15: Eu gosto de criação. (Entrevista realizada dia 06, out. /2021).</p>

Esse é um ponto importante. Estamos pesquisando a categoria de pequenos produtores de leite em Angatuba, no momento em que o estado de São Paulo apresenta uma redução de área coma bovinocultura. No momento em que o Estado vivencia um processo de substituição por atividades mais lucrativas, o município de Angatuba apresenta uma ampliação da área. O que explicaria a ampliação da área em Angatuba? Para além de questões mais objetivas que escapam o escopo do trabalho, pela nossa pesquisa podemos levantar como hipótese justamente o envolvimento tradicional desses produtores com a atividade e com o meio rural. Em nossa pesquisa, 53,3%, dos entrevistados, possuem expectativas positivas em relação à continuidade dos filhos na atividade leiteira.

3.2. O PEQUENO PRODUTOR DE LEITE E A PLURIATIVIDADE NO MUNDO RURAL.

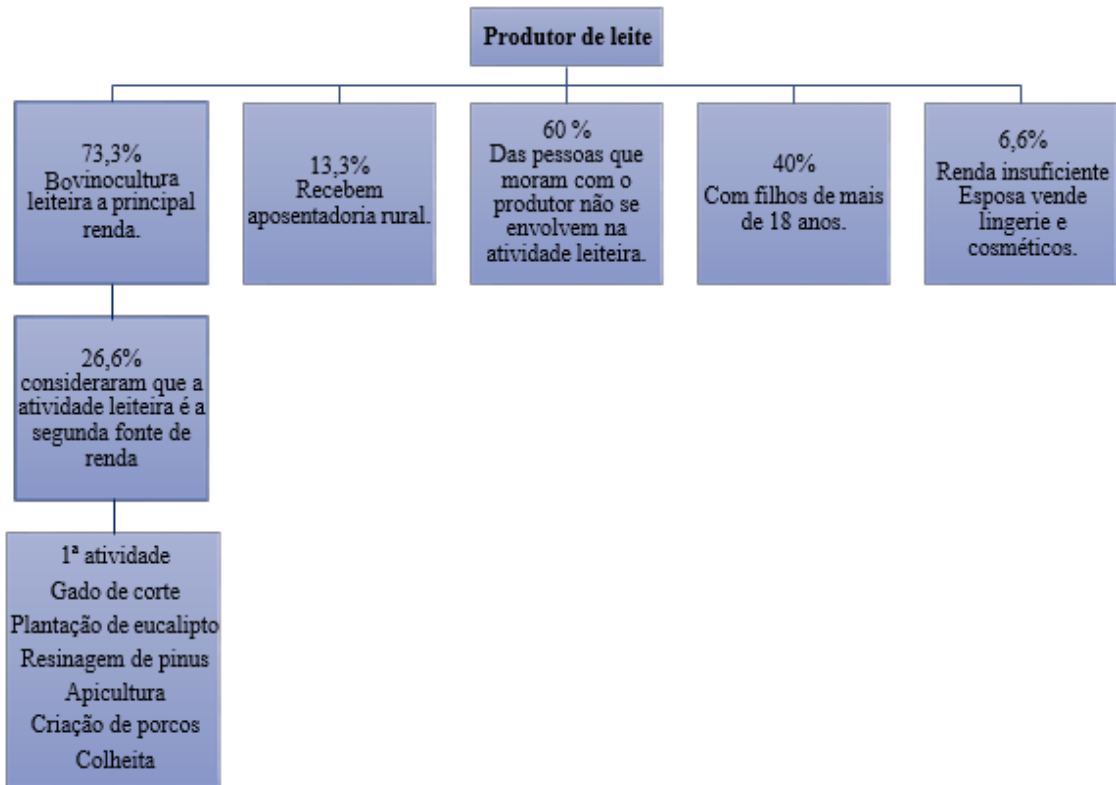
Quando estamos estudando a pequena produção rural envolvendo a presença da família, a literatura acadêmica trouxe a partir dos anos de 1990 uma nova nomenclatura para captar um fenômeno presente nos estabelecimentos rurais. A pluriatividade emerge como um termo usado para referenciar a presença de outras atividades, não necessariamente agrícolas, desenvolvidas por membros das famílias da agricultura familiar. O crescimento da pluriatividade está envolvido a múltiplos processos gerais desencadeados na agricultura como: tecnificação do campo liberando mão de obra; sazonalidade da atividade agrícola, necessidade de complementação de renda etc. Em cada território e setor, as explicações para o crescimento da pluriatividade precisariam ser pesquisadas e analisadas (Carneiro e Maluf, 2003).¹⁴

No caso da nossa pesquisa, descobrimos que 26,6% dos entrevistados não retiram seu principal rendimento da atividade leiteira, desenvolvendo outras atividades agropecuárias na propriedade, tendo a atividade leiteira como uma segunda atividade econômica de complementação de renda. Também descobrimos que uma minoria dos nossos entrevistados (6,6%, apenas 1 entrevistado) complementa a renda com o trabalho feminino, um trabalho realizado sem vínculo empregatício formal, fora da atividade agrícola e rural, como a prática do comércio de lingerie e cosméticos. Também descobrimos que 13,3% dos entrevistados recebem a renda de aposentadoria. Esses dados nos ajudam a compreender, nos quadros dessa amostra, que pelo menos quase 50% desses produtores, não estão envolvidos exclusivamente com a atividade leiteira, abrindo espaço para a necessidade de compreendermos o papel dessas outras atividades na reprodução social da agricultura familiar leiteira no município de

¹⁴ Carneiro, M. J. e Maluf, R. S. Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro –MAUAD, 2003.

Angatuba. Sobre a questão da pluriatividade como forma de complementação de renda.

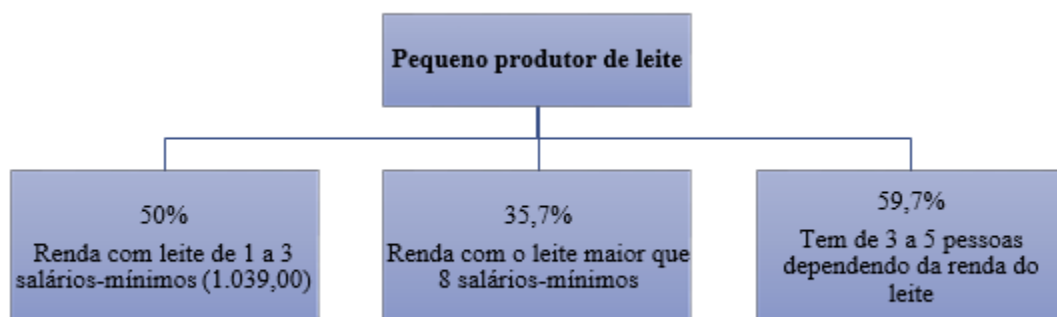
Organograma 2 - A pluriatividade na pequena produção de leite.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa de campo.

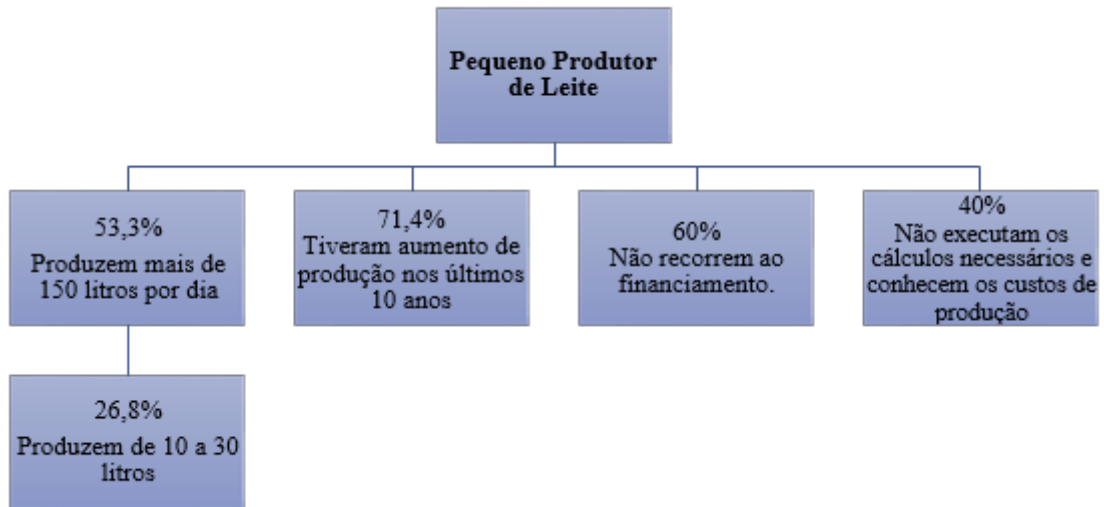
3.3. CONDIÇÕES DA PRODUÇÃO DO LEITE DOS PRODUTORES ENTREVISTADOS.¹⁵

Organograma 3



¹⁵ 71,4% tiveram um aumento da produção (produtividade é mais leite da mesma vaca, que é diferente de ter mais vacas) nos últimos 10 anos;

Organograma 4



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa de campo.

Um outro ponto que nos chamou atenção com as informações que obtivemos na pesquisa de campo, é que, dos nossos entrevistados 53,3% produziam mais de 150 litros de leite diariamente. Provavelmente são esses os que obtêm uma maior renda com a venda de leite e, também realizam os cálculos necessários e conhecem com precisão os custos de sua produção. Mas o que nos chamou atenção foi justamente a descoberta de que 40% dos nossos entrevistados não realizavam os cálculos do custo de produção. E consideramos que esse é um ponto que merece algumas considerações, visto que pode ser mais um elemento que nos ajude a entender uma das características dos pequenos produtores de leite que tenham contribuído para a permanência da atividade leiteira nas pequenas propriedades rurais no município de Angatuba.

É possível encontrar em uma literatura do *mainstream* uma discussão em torno da questão da gestão empresarial privada na propriedade familiar, indicando que as propriedades rurais de economia familiar, geralmente não possuem um sistema de controle de custos. Isto porque, segundo os autores, em um negócio familiar os gastos não são bem administrados pela família. Este fator, ainda segundo os autores, imprime ao negócio uma certa dificuldade de contabilizar o custo da atividade da pecuária leiteira no seu empreendimento, pelos seguintes motivos: mescla produção de leite com a de carne, custo da mão de obra não é calculado, não é contabilizado o custo da produção e os produtores têm pouca noção de investimento (CARLOTTO; FILIPPI & MARCELLO, 2011).

No nosso caso, ao invés de considerar esse um problema que gera ineficiência produtiva, vamos compreender o fenômeno dentro de um contexto histórico mais amplo. Quando estamos

defrente para a categoria da agricultura familiar há uma disputa teórica que em síntese se resume em enquadrá-los como um pequeno agronegócio eficiente economicamente, daí tudo que está fora desse quadrante não tem utilidade e eficiência produtiva. Ou, como campesinato, compreendendo que a família opera a partir de outras lógicas e motivações para a produção, visto que tem no mundo rural e nas atividades econômicas realizadas a expressão do seu modo de vida como totalidade. Entendendo a agricultura familiar como campesinato, além da importância econômica da atividade rural, essa atividade também participa da formação da identidade de um grupo social.

Esse debate ilumina as formas de compreender o mundo rural. Entretanto, só pode ser resolvido em diálogo com as particularidades de cada caso estudado no mundo real. Há uma multiplicidade de situações no mundo real. Em nossa pesquisa, tudo indica que os 40% que responderam o nosso questionário e que não realizam os cálculos dos custos de produção, estão mais próximos do campesinato formado historicamente no nosso país, do que simplesmente posicionados em uma situação de ineficiência produtiva. Enquadrá-los como ineficientes é ignorar a formação histórica dessa categoria, onde produzir no mundo rural é reproduzir também um modo de vida e identidade, produzir subjetividades. Daí a questão da resistência na perpetuação de uma atividade econômica, mesmo quando essa atividade apresenta baixos ou lucros inexistentes. Estamos entrando nesse tema, porque talvez isso explique o porquê, mesmo quando outras atividades econômicas rurais sejam mais lucrativas, não há uma transferência e um deslocamento para outras atividades. Além de uma estrutura econômica voltada para a produção e distribuição do leite, há uma cultura social que tem sua importância na perspectiva geracional e de resistência de um modo de vida.¹⁶

Quando olhamos as informações sobre como se faz a distribuição do leite e a estrutura que já existe no município de Angatuba para a entrega do leite, é possível destacar como a tradição e as instituições (empresas) que existem no local formam um complexo que favorecem a permanência dessa atividade.

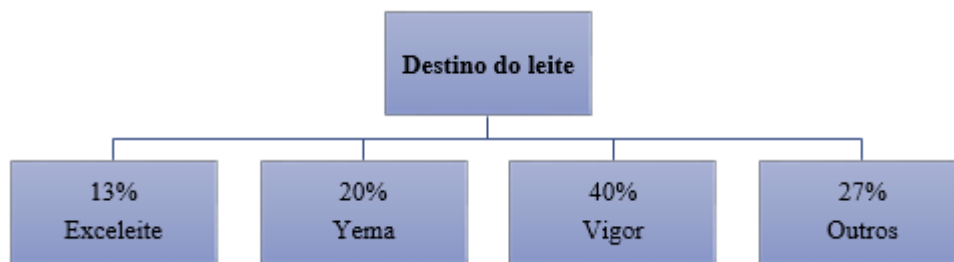
De acordo com dados fornecidos pelos produtores entrevistados, 73,4% destinam sua produção de leite para a indústria de laticínio e o restante 26,6% destinam para o consumo *in natura*. Quando temos que 26 % destinam para o consumo *in natura*, notamos como esse

¹⁶ Moura (1988) alerta para as pesquisas que transferem a visão de mundo do pesquisador para a realidade social investigada: “(...) para observar determinado grupo é preciso resgatar representações e práticas sociais, de modo que a essência e o sentido das mesmas não sejam deformados pela visão de mundo e pelo peso específico que tem outras práticas e representações na sociedade ou classe social de onde provém o pesquisador” (MOURA, 1988: 7).

mercado mais tradicional ainda se reproduz no município, indicando que produtores ainda entregam leite aos seus vizinhos ou moradores que confiam no processo produtivo. Relações típicas dos bairros rurais encontrados no interior no estado de São Paulo, como descritas por Candido (2001) e Queiroz (1978) já mencionadas anteriormente. No caso dos demais, a entrega do leite até os laticínios é realizada pela própria empresa, a grande maioria dos produtores disseram ser coletado em dias alternados, através de caminhão tanque.

De acordo com o gráfico abaixo, dos produtores que entregam seu leite a laticínios, 40% destinam a empresa Vigor, 19,98% a Yema e 13,32% a empresa Exceleite, todas situadas na região do município de Angatuba. Questionados sobre há quanto tempo fornecem o leite aos laticínios, alguns apresentaram ser recente a cerca de 1 a 2 meses, outros já estão de 1 a 4 anos e uma parte fornecem a mais de 10 anos.

Organograma 5- Percentual do destino do leite dos produtores entrevistados



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa de campo.

3.4. AS DIFICULDADES DOS PEQUENOS PRODUTORES DE LEITE.

Em relação as dificuldades enfrentadas pelo produtor de leite, podemos entendê-la a partir das dificuldades que esses produtores enfrentam para se enquadrarem ao modelo de gestão empresarial que pré supõe uma racionalidade econômica e um envolvimento na atividade a partir da motivação do lucro monetário. Como já apresentamos, 60% dos entrevistados realizam o controle administrativo das despesas com a produção de leite. Embora mais da metade realize o controle administrativo, ainda enfrentam dificuldades visto que desconhecem o que devem considerar na mensuração dos custos de produção. Quando questionados quais seriam suas despesas com a produção do leite, indicando itens, quantidade e valor, nota-se a dificuldade no cálculo adequado das suas despesas, muitos não sabendo ao certo o preço final do litro de leite. Entre os gastos, os mais citados foram: Silagem, ração, cevada, combustível e medicamentos. A seguir apresentamos as considerações dos entrevistados sobre os custos de

produção:

Entrevistado 1: Silagem - em média 8000,00 ao ano Ração/cevada-1000,00 por mês.

Entrevistado 2: Minha despesa com a produção é na compra de ração para as vacas.

Entrevistado 3: Silagem de milho era R\$0,08 o kg hoje é R\$ 0,35 kg, a ração era R\$0,98 kg e hoje é de R\$ 2,08, sal mineral era R\$ 2,98 o kg hoje é de R\$ 4,06 kg, medicamentos usava em média R\$ 800,00 hoje os mesmos medicamentos ficam em torno de R\$ 2.500,00, produtos de limpeza de ordenha cloro alcalino, ácido pré ordenha e pós ordenha , detergente neutro e sanitizante ficava R\$ 260,00 hoje R\$ 380,00, óleo diesel gastava cercade R\$ 150,00 hoje R\$ 300,00, a inseminação artificial mais uns R\$ 600,00 por mês de parcela, então para equilibrar tantos gastos e sobrar uma renda considerável necessitamos de venda permanente de animais feitos por nós.

Entrevistado 4: Hoje com uma produção de 150 litros dia, com 10 vacas produzindo, tenho uma despesa de R\$4.000,00 de ração, R\$ 200,00 medicação, no momento tenho silagem de milho como volumoso, mais a pouco tempo também comprava, aí ia mais uns R\$ 2.000,00.

Entrevistado 6: Cevada, ração, volumoso, 60 % elas comem, 40% lucro aproximadamente.

Entrevistado 8: Ração para gado, insumos e medicamentos.

A seguir apresentamos uma tabela com os custos de produção apresentados pelos pequenos produtores e o preço de venda do leite. De acordo com os entrevistados, todos confirmaram ter oscilação no custo de produção e no preço de venda do leite por diferentes razões: qualidade do leite, mudanças no preço de venda por parte dos laticínios, aumento do preço dos insumos, intervalo entre partos das vacas e sua alimentação, variação nas estações do ano (inverno principalmente, por conta das secas). Ao mesmo tempo, 66,7% dos entrevistados afirmam que o preço de venda recebido pelo leite é suficiente para cobrir as despesas de produção. O preço de venda é referente ao preço pago pelos laticínios e a venda direta ao consumidor (diretamente nas casas).

Tabela 5: Preço da Produção (custos de produção) do litro de leite e o preço de venda dos produtores de leite do município de Angatuba

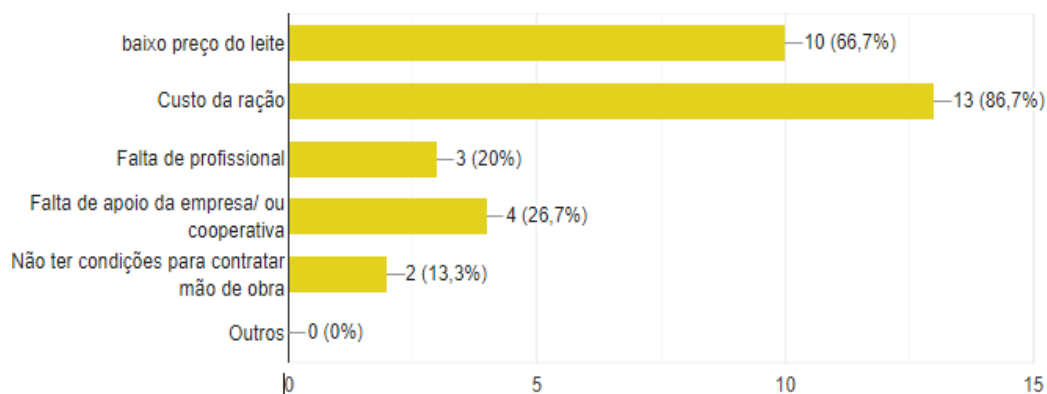
	Preço de Produção(R\$)	Preço de venda
Produtor 1	R\$ 1,50	R\$ 3,00
Produtor 2	Não sabe	R\$ 1,20
Produtor 3	R\$ 1,80	R\$1,83/R\$2,20
Produtor 4	R\$ 0,15	R\$ 1,70

Produtor 5	Não respondeu	R\$ 2,00
Produtor 6	R\$1,60	R\$ 2,40
Produtor 7	R\$ 2,00	R\$ 3,00 rua/R\$2,20 laticínio
Produtor 8	Não sabe	Não sabe
Produtor 9	Não sabe	R\$ 3,00
Produtor 10	Não respondeu	Não respondeu
Produtor 11	1,50(+/-)	1,70
Produtor 12	Não informou	1,80
Produtor 13	1,60(+/-)	2,40
Produtor 14	Parecido valor de venda	2,40
Produtor 15	1,60	2,00

Fonte: Resultado da pesquisa (entrevistas realizadas de abril a outubro/2021).

De acordo com os entrevistados os problemas encontrados para a produção de leite foram: a falta de chuva, mastite, a desvalorização dos laticínios, falta de recursos, pastagens fracas, medicamento caros, alto custo da ração, valor dos insumos, demora do cio das vacas, reprodução e mão de obra. Quando questionados sobre as principais dificuldades encontradas na atividade leiteira (conforme o gráfico a seguir), 86,7% afirmaram ser o custo da ração, 66,7% apontaram também o baixo preço do leite, 26,7% a falta de apoio da empresa ou cooperativas, 20% a falta de um profissional e 13,3% não ter condições para contratar mão de obra.

Gráfico 1: as principais dificuldades apontadas pelos produtores de leite entrevistados do município de Angatuba



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa de campo.

Em relação à regulamentação do setor por parte do Estado, relacionado a determinação de critérios de controle de qualidade; vale revelar que 66,7% não tem conhecimento sobre a norma, o restante (33,3%) possuem informações sobre a normativa IN 51/2002, 100% conseguem atender as exigências propostas. No entanto, citaram diversos desafios para atendê-la como: controlar a CCS¹⁷ (contagem de células somáticas) e CBT (contagem bacteriana total) que se referem a importantes parâmetros da qualidade do leite, a parte higiênica, mastite nas vacas e melhoria higiênica nas condições de ordenha. Vale aqui lembrar da pesquisa já citada, realizada por GRANATO et al. (2020), que identificou que os produtos derivados do leite apresentaram ISA insatisfatórios, o que evidencia a dificuldade dos produtores em se adequar as condições exigidas por lei.

Para Sluszz et al (2006), as indústrias de laticínios têm papel fundamental na disseminação da informação relacionada com a qualidade do leite produzido “dentro da porteira”, diretamente a qualidade do produto recebido pelas empresas, influencia não só no produto final, mas também no rendimento industrial. É essencial as indústrias utilizarem a comunicação para difundir a IN 51 aos produtores e demais interessados no setor, reforçando a ideia de organização e competitividade do leite brasileiro frente aos concorrentes.

Entre os produtores entrevistados a maioria (83%)¹⁸ realiza a ordenha de forma mecanizada, e o restante (17%) ainda realizam a retirada do leite de forma manual. Como já citado, foi encontrado entre os produtores diferentes quantidades de leite retirados diariamente, desde 10 a 30 litros, como mais de 150, o que leva a considerar que independentemente da quantidade, há uma preocupação por parte dos produtores em se aperfeiçoar e garantir uma qualidade maior do produto. Já que a forma manual é considerada deficientes no processo de higienização e desinfecção.

3.5. OS PRODUTORES DE LEITE E AS COOPERATIVAS

Atualmente, de todos os produtores entrevistados, apenas 26,7% estão associados a uma cooperativa, e 73,3% não se encontram, desse total 13,3% afirmaram já alguma vez ter sido

¹⁷ “A CCS refere-se às células do sistema imune e do epitélio da glândula mamária das vacas que estão presentes no leite. O fator que mais contribui para aumento nos valores deste parâmetro é a mastite. Quando parte do rebanho está acometido, a CCS do tanque aumenta e é um indicativo para o produtor. Já a CBT refere-se à proliferação bacteriana no leite por contaminação externa e está estritamente relacionada com os processos de higiene durante a coleta do leite e à manutenção da temperatura do tanque” (MILK POINT, 2020).

¹⁸ Apenas 6 produtores responderam à questão sobre a utilização da ordenha mecanizada usada na produção.

associado. Das cooperativas citadas, aparece a Colang (Cooperativa dos produtores rurais de Angatuba) situada no município dos produtores em estudo, e a Capal Cooperativa Agroindustrial, situada no município de Taquarivaí. Os produtores associados compram os insumos através das cooperativas, na qual são beneficiados com prazos para pagamentos, garantia de qualidade e assistência técnica.

3.6. OS PRODUTORES DE LEITE E A AGROINDÚSTRIA DE LACTICÍNIO

O armazenamento do leite após a ordenha e o seu transporte ao laticínio, devem ter sistema refrigerado e adequado para uma maior qualidade e conservação do leite. Em relação ao armazenamento do leite, 80% afirmaram usar em sistema refrigerado, 13,3% não utilizam desse procedimento e 6,7% declara usar uma parte em sistema refrigerado e outra distribuído de maneira informal (realiza a distribuição direta após a ordenha, na venda para vizinhos, para a realização de queijos, etc.). A maior parte dos produtores utilizam tanques resfriador de leite e alguns citam a utilização de freezer. Questionados como é feito a refrigeração e o armazenamento, 73,3% possuem seu próprio equipamento, 13,3% faz o uso compartilhado (como vizinhos, que também realizam a produção de leite) e 13,3% não usam esse sistema.

Todos os produtores entrevistados que fornecem o leite a agroindústria, ressaltaram que o transporte é de responsabilidade da empresa, a retirada da propriedade até seu destino final. Em alguns laticínios a coleta é realizada a cada dois dias, em outros, em dias alternados, todos através de caminhão tanque. O que evidencia a importância de ter um refrigerador, o produtor tem a opção de realizar a retirada do leite todos os dias, garantindo a qualidade. Outro ponto é a alternativa de venda para mais de um comprador, 46,7% dos produtores afirmam ter essa possibilidade.

Um importante incentivo para a melhoria da qualidade do leite “in natura” tem sido a bonificação paga pelas indústrias ao produtor de leite, algumas empresas têm adotado esse sistema, para que seja pago um valor adicional. Essa estratégia tem representado uma importante evolução para o setor lácteo. Entre os produtores de leite entrevistados, 78,6% indicaram receber essa bonificação quando seu produto responde aos padrões de qualidade. Apesar da existência desse método adotado, o valor pago pelo laticínio é baixo, dos entrevistados, alguns afirmam nem sempre conseguir garantir a mesma qualidade, tendo oscilações no preço de venda do leite. Em vista de como já citado teoricamente, muitos enfrentam dificuldades para atingir a qualidade necessária.

Os contratos formais na compra e venda do leite representam um importante recurso para a realização de uma boa negociação entre produtores e laticínios, podendo garantir estabilidade

de fornecimento, e sua regularidade, como volume e a qualidade do produto, ao mesmo tempo fornecendo a relação empresa e comprador. De acordo com os produtores entrevistados, 86,7% não possuem contrato com a empresa. Apesar da quase inexistência de contratos entre empresa e fornecedor, alguns entrevistados relataram que há uma preocupação do laticínio com o bem-estar dos produtores, afinal muitos estão abandonando o ramo leiteiro, o que pode vir a afetar as empresas compradora de leite da região, essa foi uma questão levantada por um entrevistado. Outros citaram possuir ajuda em assistência técnica, com quem apresenta dificuldades de impor qualidade no seu produto, como também ajuda veterinária e financeiro. Já outra parte, revelaram não haver preocupação nenhuma da empresa com o produtor.

Apesar de 66,7% dos produtores confirmarem que o preço recebido pelo leite é suficiente para cobrir as despesas da produção de leite, como já ressaltado anteriormente, 76,9% dos produtores não consideram justo o preço do leite pago pelos laticínios, já 23,1% se dizem satisfeito com o valor. Entretanto, 100% dos entrevistados consideram importante o papel da agroindústria na vida dos produtores da região. Algumas das justificativas foram:

Entrevistado 2: sim, pois muitos pequenos produtores dependem da agroindústria para seu próprio sustento.

Entrevistado 3: Em Angatuba tinha o laticínio da prefeitura que coletava o leite do pequeno produtor e o último prefeito a fechou se as agroindústrias decidir por não coletar pequenos volumes de leite a maioria destes produtores não terá do que viver não aprenderam a fazer outra coisa e abandonar aquilo que amam será mais difícil do que arrumar outra fonte de renda.

Entrevistado 5: Porque nos dão um pouco mais de segurança”.

Entrevistado 6: Para escoar o produto”.

Entrevistado 7: Por causa da ajuda, para escoar o leite, um depende do outro.

Entrevistado 8: Porque os produtores dependem delas para sobreviver.

Entrevistado 10: Sim, pois infelizmente não temos outro lugar que posso pegar nosso leite ou algum outro destino.

Entrevistado 13: Porque produzimos e temos que entregar para quem beneficie o leite, já que não fazemos isso. ”

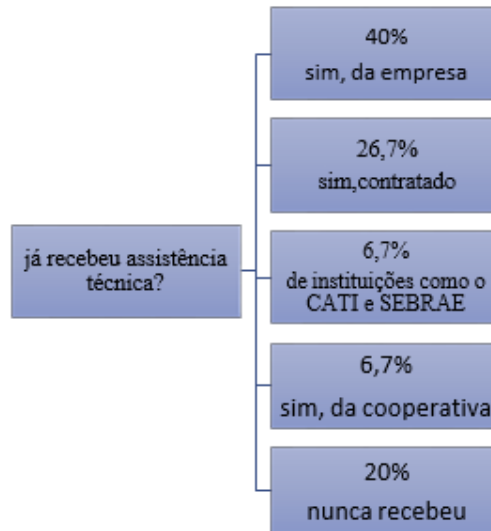
Entrevistado 15: Porque sem eles não conseguíamos vender o leite”.

3.7. A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E OS PRODUTORES DE LEITE

Dos produtores entrevistados do município de Angatuba, 80% indicaram já ter recebido alguma vez assistência técnica em sua propriedade. De acordo com o gráfico a seguir, 40% afirmaram ter recebido suporte técnico da empresa em que vende o leite, 26,7% receberam

assistência particular, 6,7% receberam através do CATI e SEBRAE e 6,7 através de cooperativas. A assistência técnica ao produtor é considerada um fator importante para a produção, tem como finalidade melhorar o desenvolvimento da atividade leiteira e ao produtor, atribuindo a máxima eficiência ao processo produtivo.

Organograma 6 - Percentual de produtores quanto a assistência técnica.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa de campo.

Apesar de grande parte dos entrevistados já ter recebido assistência, atualmente, apenas 60% possuem algum suporte técnico, e 40% não recebem qualquer auxílio. Entretanto, questionados sobre a importância da assistência técnica na produção de leite, 100% declaram reconhecer ser indispensável, pois afirmam, que muitas vezes pensam estar no caminho certo, e sempre tem o melhor a se fazer, saberiam melhorar o tratamento das doenças e unânime apontou adquirir conhecimento, que ainda não possuem. Alguns dos entrevistados (20%) ressaltaram ter formação técnica, o que contribui muito para uma adequada e eficiente produção de leite.¹

3.8. PRODUTORES E A PANDEMIA

Assim como todos os setores, a atividade leiteira teve seu impacto durante o período pandêmico. Ao serem questionados sobre quais teriam sido as mudanças ocorridas na produção e na vida dos produtores entrevistados e quais foram os problemas e as dificuldades enfrentadas durante esse tempo, grande parte ressaltou ter triplicado os custos de produção (alta valorização dos insumos, medicamentos e combustível) enquanto o preço da compra do leite permaneceu

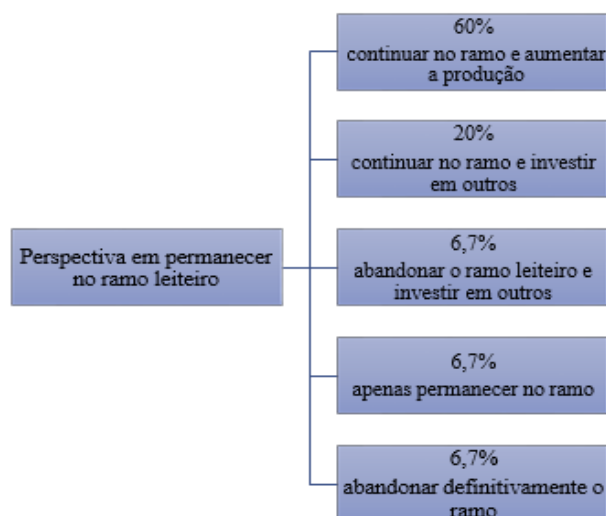
estagnado. Um dos entrevistados apontou também a falta de ânimo, consequência do momento em que estava vivendo, o que diminui bastante seu ritmo, mas se via obrigado a tirar o leite. Já outro entrevistado, frisou a dificuldade da entrega do leite em algumas épocas da pandemia.

3.9. A VISÃO DOS PRODUTORES DE LEITE EM RELAÇÃO A ATIVIDADE LEITEIRA E SUAS PERSPECTIVAS

Com base nas repostas dos entrevistados, é notável o gosto de alguns pela atividade leiteira, questionados se a vida começasse novamente, se escolheriam trabalhar no ramo, 66,7% responderam que sim, em razão da paixão em levantar cedo e lidar com os animais, da questão da tradição familiar, algo que a família sempre fez parte e todos os sentimentos que isso envolve, apontaram também o conforto financeiro que a atividade lhe proporciona e toda experiência. Já 33,3% dos entrevistados disseram não querer trabalhar no ramo, em virtude oscustos de produção, a desvalorização do preço e a falta de incentivo do governo, município e laticínios.

Para o futuro, a maior parte (60%) dos entrevistados tem perspectiva de permanecer no ramo e aumentar a sua produção, 20% pretende continuar no ramo e investir em outras áreas, 6,7% apenas querem permanecer no ramo, sem mudanças, já 6,7% deseja abandonar a atividade leiteira e investir em outros campos e 6,7% pretende parar definitivamente com a produção de leite. (Gráfico.). Apontaram ainda, se pudesse melhor algo na produção seria: a genética do rebanho, tero terreno próprio, mais vacas para o aumento do volume de leite, alimentação de melhor qualidade e investir em tecnologia.

Organograma 7- Percentual da Pretensão da permanência dos produtores de leite entrevistados na atividade leiteira.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa de campo.

A insatisfação com os representantes dos municípios é unânime entre os entrevistados. Levantada a questão se possuem ou se os representantes deveriam dar uma atenção maior aos produtores leiteiros, 100% afirmaram não possuir nenhum tipo de ajuda e apontaram ser de extrema importância esse incentivo, já que a atividade leiteira se trata de um trabalho intenso e cheio de dificuldades, o que ficou evidente quando questionados sobre sua rotina de trabalho, relataram ser uma atividade assídua (de segunda a segunda). E que gera renda para muitas famílias no município de Angatuba, e contribui para a economia local.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da pecuária leiteira para o país é incontestável. A atividade no Município de Angatuba tem grande destaque na agricultura familiar, com base na análise dos resultados, nota-se além da importância econômica, há um envolvimento afetivo e uma motivação vinculada a tradição, passada de geração em geração no ramo leiteiro, o que predomina o desejo de grande parte dos entrevistados a continuidade dos filhos na atividade.

Tendo em vista a importância da atividade para muitos desses agricultores familiares envolvidos é preciso considerar que eles enfrentam dificuldades para desempenharem a atividade. Dentre as enumeradas, as principais destacadas foram o preço baixo que recebem pelo leite produzido, já que apresentam um desafio para o equilíbrio entre receitas e despesas, que de acordo com as respostas apresentadas o custo dos insumos tem sido também um dos principais desafios. Outro importante fator, é a falta de incentivo para a atividade, o que se torna evidente a necessidade de ações e políticas a serem implementadas pelo governo e pela iniciativa privada para a melhoria e minimização das dificuldades. Apesar da maioria dos produtores receberem algum suporte técnico, uma parte ainda é precária desse mecanismo.

Na busca de dados para realização do trabalho, notou-se o aumento dos produtores de leite no Município em estudo, indo na contramão do Estado de São Paulo que evidencia uma diminuição desses produtores. Diante das questões apresentadas ao longo do trabalho, esse fato se deve ao envolvimento afetivo e da tradição da bovinocultura leiteira presente entre os produtores de Angatuba, já que uma parte dos entrevistados iniciou suas atividades em menos de dez anos, mas que relatado ter sempre algum envolvimento familiar no ramo e que uma parcela não possui a produção de leite como sua principal fonte de renda, o que evidencia a permanência como resistência. Outra hipótese a ser levantada no intuito de entender esse fato é a presença de muitos laticínios na região, o que possibilita a venda do produto e a certeza de ter sempre uma renda, já que para todos os entrevistados a agroindústria de laticínio tem um papel importante na vida dos produtores de leite da região.

De acordo com o que foi abordado, a atividade leiteira necessita de maiores incentivos dos representantes locais, que no exercício de suas funções busquem meios para o fornecimento de assistência e a melhoria na produção a esses produtores, em vista que gera renda para muitas famílias, e contribui para a economia do município. Para futuros estudos, vale um aprofundamento na relação do produtor com a agroindústria de leite, como também a busca por resposta sobre o que levou a redução drástica da bovinocultura mista no município de Angatuba.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDEIRA, A. Melhoria da qualidade e a modernização da pecuária leiteira nacional. In: GOMES, A. T.; LEITE J. L.; CARNEIRO A. V. (Eds.) **O Agronegócio do leite no Brasil**. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2001. p. 89-100. Disponível em: <<https://www.unisc.br/site/sidr/2004/sustentabilidade/05.pdf>> Acesso em: 25 nov, 2022.
- BORGES, M. S. et al. Modernização, Trabalho e Produtividade na Pequena Produção Leiteira na Argentina e no Brasil: subtítulo do artigo. **ADM.MADE: Revista do Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial da Universidade**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 12-31, janeiro/abril 2014. Disponível em: <<http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/admmade/article/viewFile/694/455>>. Acesso em: 17 nov, 2022.
- BRASIL. Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25/07/2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 20 nov. 2022.
- CAMARGO, R. A. L. d; BORSATTO, Ricardo Serra; SOUZA-ESQUERDO, V. F. d; Agricultura Familiar e Políticas Públicas no Estado de São Paulo. São Carlos: EDUFSCar, 2022. p. 1-524. Disponível em: <https://www.google.com.br/books/edition/Agricultura_familiar_e_pol%C3%ADticas_p%C3%BAbli/4sZ8EAAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=0>. Acesso em: 20 de fev, 2023.
- CANDIDO, A. *Os Parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 2001.
- CARNEIRO, Jonatha Farias. MODERNIZAÇÃO DA PRODUÇÃO LEITEIRA E SEUS IMPACTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR. VII JORNADA INTERNACIONAL POLITICAS PUBLICAS. SÃO LUIS/MARANHÃO, p. 1-13, agosto/2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2/modernizacao-da-producao-leiteira-e-seus-impactos-na-agricultura-familiar.pdf>>. Acesso em: 19 out, 2022.

Delgado, G. da C. Capital Financeiro e Agricultura familiar no Brasil, Editora da Unicamp, 1985.

GRANATO, L. S. S. et al. CAPITULO 19: SEGURANÇA DO ALIMENTO E SEGURANÇA ALIMENTAR: UMA ANÁLISE A PARTIR DA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR DE DERIVADOS DE LEITE NA MICRORREGIÃO DE ITAPETININGA – SP. Investigação científica no campo da engenharia e da tecnologia de alimentos: Atena editora, PontaGrossa-PR, p. 150-161, Set./2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Luiz/Desktop/Beatriz/seguranca-do-alimento-e-seguranca-alimentar-uma-analise-a-partir-da-agroindustria-familiar-de-derivados-de-leite-na-microrregiao-de-itapetininga-sp%20(1).pdf>. Acesso em: 18 jan, 2023.

GRAY, David E; SILVA, Dirceu da. Pesquisando, revisando e usando a bibliografia. In _____: Pesquisa no Mundo Real. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. cap. 5, p. 84-106.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTAT TICA - **IBGE**. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/angatuba/pesquisa/24/76693> > Acesso em: 15 dez, 2021.
JANK, M. S, FARINA, E. M. Q. GALAN, V. B. **O agrobusiness do leite no Brasil**. São Paulo: Milkbizz, 1999. p. 1-108.

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. 3 ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: Os Economistas**. Edição. São Paulo: Nova Cultura, 1982. p. 402.

MAIA, G. B. D. S. et al. Produção leiteira no Brasil: Inovação na indústria de alimentos: importância e dinâmica no complexo agroindustrial brasileiro. **BNDES Setorial** 37. p. 371-398, 2010. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/1514/1/A%20mar37_09_Produ%C3%A7>. Acesso em : 15 dez, 2021.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 3ª Edição. Petrópolis, RJ:

Editora Vozes, 1986.

MILK POINT. **O que são CCS e CBT do leite?**. Disponível em:<
<https://www.milkpoint.com.br/noticias-e-mercado/giro-noticias/youtube-o-que-e-ccs-e-cbt-220838/#:~:text=Quando%20parte%20do%20rebanho%20est%C3%A1,manuten%C3%A7%C3%A3o%20da%20temperatura%20do%20tanque>>. Acesso em: 1 mar, 2023.

MOURA, M. M. *Os Camponeses*. São Paulo: editora Ática, 1988.

NETTO, C. P. et al. Mais Leite, Mais Renda: Plano de Desenvolvimento Da Bovinocultura Leiteira Paulista. **CATI**: Campinas, jul. /2017. Disponível em:
 <<https://homologacao.agricultura.sp.gov.br/assets/files/13375-bovinocultura-de-leite-virtual.pdf> >. Acesso em 10 fevereiro de 2022.

PIEIDADE, J. A. et al. ANÁLISE COMPARATIVA PRELIMINAR DE UM CENSO AGROPECUÁRIO: PROJETO LUPA NA REGIÃO DE ITAPETININGA E NO ESTADO DE SÃO PAULO. **PROJETO LUPA**: Censo Agropecuário do Estado de São Paulo, São Paulo, p. 1-76, 2008. Disponível em: <
https://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/estudos_lupa/AnaliseComparativaLupa-2015-Regional-Itapetininga.pdf>. Acesso em: 21 dez, 2022.

QUEIROZ, M. I. P. *Bairros Rurais Paulistas*: dinâmicas das relações bairro rural-cidade. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973^a.

ROSOLEN, José Edson. Mapa do Leite no Estado de São Paulo: Leite Brasil. p. 1-20, 2006. Disponível em: <<https://wm.agripoint.com.br/imagens/banco/MilkPoint/mapadoleitesp.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2022.

SILVA, G. J. Tecnologia e agricultura familiar, Editora da Universidade do Rio Grande do Sul, 1999.

SILVA, M. A. d. M; **Errantes do fim do século**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2002. p. 376.

SILVA, R. D. O. P. E. Instrução Normativa n. 62: uma decisão consciente para o setor lácteo. **IEA - Instituto de Economia Agrícola**: Análise e indicadores do agronegócio, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 1-3, fev/2012. Disponível em: <<http://www.iea.agricultura.sp.gov.br/ftpiea/AIA/AIA-09-2012b.pdf>>. Acesso em: 28 fev, 2023.

SLUSZZ, T. et al. O IMPACTO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 51 NO SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO LEITE NO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE NA ELEGÊ ALIMENTOS S/A E NA COOPERATIVA LANGUIRI LTDA. XLIV **CONGRESSO DA SOBER**: “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”, Fortaleza, p. 1-21, 2006. Disponível em: <<https://ageconsearch.umn.edu/record/146606/?ln=en>>. Acesso em: 10 out, 2022.

TODOS AO REDOR DA PRODUÇÃO LACTEA. Jornal Polivet. Itapetininga, 10 jun. 2008. Seção 13. Disponível em: <<http://www.polivet-itapetininga.vet.br/jpi/jpi0303.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2021.

VASCONCELLOS, C. D. A. G. E. F. B. D. Leite na Agricultura Familiar. **CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO**: Boletim da Agricultura Familiar, Brasília, DF, v. 1, n. 3, p. 16-20, nov. /2021. Disponível em: <<file:///C:/Users/Luiz/Desktop/Beatriz/BoletimZdaZAgriculturaZFamiliarZ-ZNovembroZ2021.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2022.

VILELA, D. et al. A evolução do leite no Brasil em cinco décadas. **EMBRAPA: Revista de política agrícola**, v. 1, p. 1-24, fev. /2015. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/163208/1/Evolucao-do-leite-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 17 jan, 2023.

VILELA, Duarte. PECUÁRIA DE LEITE NO BRASIL: Cenários e avanços tecnológicos. **Embrapa**, Brasília, DF, p. 127-144, 2016. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/164236/1/Pecuaria-de-leite-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

VILELA, DUARTE; RESENDE, J. C. D. Cenário para a produção de leite no Brasil na

próxima década. **SIMPÓSIO SOBRE SUSTENTABILIDADE DA PECUÁRIA LEITEIRA NA REGIÃO SUL DO BRASIL: SEMINÁRIO DOS CENTROS MESORREGIONAIS DE EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIA DO LEITE**, Maringá, p. 1-18, 2014. Disponível em:
< <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/130329/1/Artigo-Anais-6-Sul-Leite-Vilela.pdf> >. Acesso em: 19 fev. 2023.